

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Curso de Graduação de Ciências Contábeis

Ana Paula da Silva Pereira

Giovana Braga de Carvalho

Joyce Keltre Antunes Sidrão

Lucas de Fátima Oliveira Batista

Sílvia Letícia Miranda Pinheiro

TAXAS DE JUROS:

Financiamento das Atividades Empresariais

Belo Horizonte

2015

Ana Paula da Silva Pereira
Giovana Braga de Carvalho
Joyce Keltre Antunes Sidrão
Lucas de Fátima Oliveira Batista
Sílvia Letícia Miranda Pinheiro

TAXAS DE JUROS:
Financiamento das Atividades Empresariais

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao Curso de Graduação de Ciências Contábeis, nas disciplinas: Contabilidade Intermediária, Estatística Aplicada, Direito Tributário, Religião, Macroeconomia, Introdução da Ciência Atuarial e Leitura e Produção de Textos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadores: Anete Roesse
Claudionice Fernandes Rosa
Marcilio Nascimento Soares
Pedro Paulo Moreira Pettersen
Rafael Ornelas Machado
Sabino Joaquim de P. Freitas

Belo Horizonte

2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESENVOLVIMENTO	5
2.1 Riscos de um financiamento.....	5
2.2 Os custos de um financiamento	6
2.3 A taxa de juros.....	7
2.4 Composição dos custos dos financiamentos do BNDES.....	7
2.5 Orçamentos de Financiamento	8
2.6 Fontes de Financiamentos de Curto Prazo.....	9
2.6.1 Crédito de Fornecedores	10
2.6.2 Crédito Bancário	10
2.6.3 Crédito Documentário ou Carta de Crédito.....	10
2.6.4 Factoring	10
2.7 Fontes de Financiamento de Médio e Longo Prazo	10
2.7.1 Auto Financiamento	10
2.7.2 Alienação de bens	11
2.7.3 Aumento de Capital Social	11
2.7.4 Empréstimos.....	11
2.7.5 Debêntures.....	12
2.7.6 Ações.....	12
2.7.7 Leasing.....	12
2.8 A Contabilidade	13
2.9 Estatística Aplicada.....	13
3. ESTUDO DE CASO	14
3.1 Caixa Econômica Federal	14
3.2 Banco Itaú.....	15
3.3 Análise.....	16
4. CONCLUSÃO	17
5. REFERENCIAS.....	18

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um histórico de créditos para as empresas escasso e caro. Com o passar dos anos a situação tem se alterado, mas várias instituições ainda sofrem restrições de créditos, dessa forma é possível perceber que o mercado de capitais brasileiro é incompleto e ineficaz. Somente com um mercado de capitais funcionando de forma eficiente é que as empresas conseguirão financiamento com crédito farto. (ZEIDAN, 2015).

Para uma empresa um fator crucial para pensar em um financiamento externo é a taxa de juros. Taxa de juros muito alta faz com que os administradores desistam ou adiem algum projeto ou mesmo a abertura de uma empresa, pois nós dois casos há riscos de que não se tenha os lucros pretendidos. O mercado é atualmente muito instável e a economia está em uma mudança constante e isso afeta as decisões sobre financiamentos e a taxa de juros.

Os bancos dão preferência para empréstimos de curto prazo, pois assim sabem que terão o valor de volta em um período curto e se sentem mais seguros quanto ao pagamento. Já para as empresas esse tipo de empréstimo tem um lado negativo, como riscos de liquidez e mudanças nas taxas de juros. Se a empresa apresentar algum tipo de problema operacional, por exemplo, fazer pagamentos de empréstimos de curto prazo pode deixá-la em dificuldades financeiras. Por isso ao se pensar em fazer um financiamento, deve-se verificar qual a melhor opção e qual se terá menos riscos. (ZEIDAN, 2015).

O trabalho tem como tema principal a taxa de juros e como subtema o financiamento das atividades empresariais. Abordaremos sobre os tipos de financiamento, os riscos que eles podem trazer para as empresas, os custos para conseguir financiar projetos e a importância de se fazer um orçamento de financiamento. Além disso, o artigo contém uma pesquisa com dois bancos, um do governo e outro privado, mostrando dois tipos de financiamentos específicos, informando sobre a forma de pagamento, taxas de juros e a diferença para os vários tipos de empresas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Riscos de um financiamento

Bancos e instituições financeiras são bem exigentes com as solicitações de financiamentos e empréstimos de empresas que necessitam de recursos para investir em suas atividades ou até mesmo dar início a elas.

Segundo, Lemes Júnior *et al.* (2010, p. 248):

Os bancos fazem uma série de exigências aos tomadores, especificadas em contratos, antes de liberar recursos. Envolvem critérios a respeito de contabilidade, demonstrações financeiras auditadas, quitação de impostos, transparência de informações, fluxo de caixa, idoneidade dos dirigentes, entre outros.

Para Hoji (2012), os riscos estão presentes em todas as atividades empresariais. Aquilo que foi estabelecido esperando algum resultado futuro está exposto a algum nível de risco. Apenas o que já ocorreu está livre de risco.

Dessa forma, é importante que as empresas estejam cientes dos riscos que estarão sujeitas no momento de solicitar um financiamento e tenham estratégias para enfrentar o pior. Além disso, Morante (2012, p. 76) afirma que: “O risco pode e deve ser gerenciado; pode ser previsto; pode ser quantificado e pode, portanto, ser minimizado”.

Fatores como, gerenciamento do projeto, disponibilidade de matéria-prima e mão de obra adequada, comportamento do mercado consumidor, além de variações na legislação do setor podem interferir os retornos esperados dos investimentos. (LEMES JÚNIOR *et al.*, 2010)

Além do mais, Morante (2012, p.78), afirma que:

Como riscos com característica financeira destacamos aqueles que possam causar prejuízos diretamente nos resultados ou na condução de uma política financeira saudável, tais como: (a) mudança inesperada no custo das mercadorias ou insumos, movidos por problemas econômicos nacionais; (b) redução dos preços de venda por problemas econômicos ou específicos do setor; (c) mudança inesperada e representativa na taxa de câmbio; (d) mudança inesperada e significativa nas taxas de juros.

Segundo, Weston e Brigham (2004), o risco relacionado ao financiamento é um risco de investimento, portanto, é referente à possibilidade

de se receber menos do que o retorno previsto. Dentre alguns desses riscos relacionados ao financiamento e que variam de acordo com cada tomador do empréstimo, podemos citar o risco do negócio, relacionado à incerteza da empresa em adquirir o resultado esperado em suas operações; o risco financeiro, ligado a uma quantidade grande de empréstimos ou financiamentos para manutenção das atividades operacionais ou até mesmo investimentos em ativos permanentes; o risco político, que expressa a influência da política sobre as empresas e os investimentos das mesmas; além do risco do prazo. (MORANTE, 2012)

2.2 Os custos de um financiamento

O sucesso de uma empresa depende bastante do custo que incide sobre ela para financiar seus projetos. O retorno exigido pelos bancos ou instituições financeiras irá determinar o custo de capital, o qual é calculado observando as necessidades futuras de capital, as fontes de financiamento, além dos custos específicos de cada fonte. (Lemes Júnior *et al.*, 2010)

Além disso, Hoji (2012, p. 200), afirma que:

[...] O custo do capital de terceiros é a taxa de retorno pelo qual investidor (emprestador) deseja ser remunerado pelo risco que estará correndo temporariamente, ao ceder seu capital ao tomador.

As decisões de investimento de uma empresa devem ser tomadas analisando os custos dos capitais de terceiros, sendo assim, esses custos devem ser determinados de uma maneira mais “clara” possível. (HOJI, 2012)

Dessa forma, as empresas que utilizam capitais de terceiros para financiar suas atividades empresariais, terão de entrar em acordo sobre as condições de financiamento, que irão abranger taxas de juros, carência, prazos, garantias e taxas de corretagem. (LEMES JÚNIOR *et al.*, 2010)

2.3 A taxa de juros

A taxa de juros é um dos custos de financiamento que é representada por um percentual que incide sobre o capital emprestado, ou seja, ela é o lucro recebido em um investimento que determina o custo do capital. (SOUZA, 2014)

Como cálculo para a taxa de juros, as instituições financeiras costumam tomar por base alguns fatores que podem ser implícitos ou explícitos. Dentre eles podemos citar o risco, pelo fato do tomador do empréstimo não realizar o pagamento da dívida; as despesas relacionadas à efetivação do empréstimo e da cobrança; a inflação, que deve ser analisada para o prazo do empréstimo como proteção para a possível desvalorização do poder aquisitivo da moeda; e o lucro que deve ser compensado pelo não investimento em outras oportunidades do mercado. (VIEIRA SOBRINHO, 2000)

Além do mais, segundo Vieira Sobrinho (2000), a taxa de juros é a razão entre os juros recebidos ou pagos ao final do empréstimo ou financiamento e o capital inicial que foi emprestado ou aplicado.

2.4 Composição dos custos dos financiamentos do BNDES

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é o principal “banco de investimento” no Brasil, pois a maioria dos recursos financeiros de longo prazo são fornecidos por ele. (HOJI, 2012)

Segundo o BNDES, o custo dos seus financiamentos varia de acordo com o tipo de operação: aquelas que são realizadas diretamente com o BNDES (operações diretas) e aquelas realizadas por meio de instituições que atuam em parceria com o banco (operações indiretas), conforme mostra a tabela:

QUADRO 1: Composição do Custo dos financiamentos do BNDES

Operações diretas	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Operações indiretas	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

Fonte: BNDES

Os custos financeiros do BNDES envolvem elementos como, por exemplo, a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), definida como um custo básico dos financiamentos concedidos pelo banco cujo valor é fixado trimestralmente pelo Banco Central de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional; a TJ-462 (Taxa de Juros Medida Provisória 462) que é o valor da TJLP acrescida de 1,0% ao ano; além de uma cesta, utilizada para operações com empresas controladas por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior. (BNDES)

2.5 Orçamentos de Financiamento

Atualmente as empresas travam uma luta diária para conseguirem sobreviver no mercado e uma das características fundamentais para esta sobrevivência são os investimentos. Este é muito importante para manutenção ou ampliação dos resultados financeiros futuros, sem tais investimentos a capacidade futura do caixa pode sofrer uma redução significativa. (NETO, 2011)

Para fazer esses investimentos a empresa precisa de uma ou varias fontes de capital, uma dessas fontes pode ser os próprios resultados acumulados, mas pode acontecer que eles não sejam suficientes para financiar os investimentos. Nesse caso as empresas decidem utilizar o financiamento externo, para isso é fundamental o orçamento de financiamento. (NETO, 2011)

Correia Neto (2011, p. 176), afirma sobre o objetivo do orçamento de financiamento:

[...] O objetivo do orçamento de financiamento é projetar os fluxos de caixa relacionados a captação de recursos financeiros das mais variadas fontes, bem como as remunerações devidas a essas fontes de capital utilizadas ao longo do período orçamentário. Portanto, o orçamento de financiamento deve contemplar a projeção de necessidades de financiamento da empresa, bem como os pagamentos decorrentes desses financiamentos, devendo ser projetados tanto fluxos positivos (entrada de financiamento ou aporte de capital dos proprietários) como negativos (devolução do principal acrescido dos juros acordados e dividendos).

Segundo Correia Neto (2011), o orçamento de financiamento possui algumas fontes de dados bem definidas. A mais comum na grande maioria das empresas, é o orçamento de investimentos. Esse orçamento projeta o quanto

sera gasto para realização dos investimentos durante o período orçamentário. Um recurso que pode ser usado para facilitar esse controle é o quadro resumo contendo todos os usos (investimentos) e todas as fontes (financiamentos) de recursos. Para manter o equilíbrio, o total de usos deve ser igual o total das fontes.

Correia Neto (2011, p. 178), também afirma: "A compatibilidade temporal entre investimento e financiamento também é fundamental na gestão desses recursos. Além de os valores serem compatíveis, o tempo em que serão fornecidos e usados também deve ser coerente." O autor explica que o financiamento para ser feito os investimentos devem estar disponíveis nas datas adequadas, caso contrário não poderão ser feitos. Os valores deverão ser iguais ou próximos, pois o indicado é que o valor total financiado deve ser compatível com o valor total a ser investido.

A decisão pela busca do investimento pode envolver o desenvolvimento de um novo produto, estabelecimento de uma nova fábrica, modernização do sistema de produção, ou até mesmo aquisição de novas empresas. Por isso é necessária a avaliação para saber qual o financiamento buscar, dentre as opções estão: (ROCHA, 2008)

Investimento fixo: é escolhido pelas empresas que necessitam do dinheiro para a compra de máquinas e/ou equipamentos, modernização ou ampliação da empresa. (SEBRAE, 2015)

Capital de Giro: é o dinheiro destinado a compra de mercadorias, matérias-primas, reposição de estoque e despesas administrativas. (SEBRAE, 2015)

Capital de giro destinado ao investimento: é a quantidade de dinheiro destinada a cobrir despesas que a empresa terá com investimentos que foram realizados, por exemplo se a empresa adquiriu uma máquina terá que ter a matéria-prima para produção. (SEBRAE, 2015)

2.6 Fontes de Financiamentos de Curto Prazo

Dentre as vantagens do Financiamento de Curto Prazo pode-se citar a facilidade e rapidez da liberação do crédito. Dentre as opções de fontes, tem-se:

2.6.1 Crédito de Fornecedores

É uma fonte de financiamento para a gestão da tesouraria da empresa, de forma a gerar um auxílio imediato. Ainda sim é fundamental estar atento aos prazos de pagamento e recebimento, de forma a estabelecer controle sem dificuldades para a empresa. (ROCHA, 2008)

2.6.2 Crédito Bancário

Adquiridos através de abertura de uma conta corrente ou de um empréstimo, onde a instituição bancária confere a sociedade empresária direito de retirar fundos as suas necessidades, como por exemplo em casos de insuficiência temporária, ou aquisições mais simples. (ROCHA, 2008)

2.6.3 Crédito Documentário ou Carta de Crédito

Ocorre quando a pedido e sob instruções do importador, um banco se compromete a efetuar o pagamento ao exportador. O pagamento pelo banco é assegurado desde que o importador (beneficiário) comprove cumprimento de pagamento através da apresentação de documentos. (LUNARDI, 2013)

2.6.4 Factoring

É um mecanismo mercantil que possibilita à empresa vender seu créditos, gerados por suas vendas à prazo, a uma empresa de factoring. Como resultado, a empresa tem o recebimento imediato desses créditos futuros, o que gera o aumento do poder de negociação, gerando poder de compra imediata por exemplo de matéria-prima. (SINFAC-RJ, 2015)

2.7 Fontes de Financiamento de Médio e Longo Prazo.

Como opção de fonte para aquisição de recursos, a empresa pode tentar adquirir utilizando seus próprios recursos, por exemplo, o auto financiamento, a alienação de seus bens e o aumento do Capital Social.

2.7.1 Auto Financiamento

Caracteriza-se pela retenção de parte dos lucros obtidos na gestão

eficiente dos ativos. É uma fonte positiva, pois reforça a imagem da empresa e aumenta o poder de negociação em face a terceiros, além de não sofrer com a incidência das taxas de juros. No entanto, é uma desvantagem para os acionistas, em relação a distribuição dos lucros. (ROCHA, 2008)

2.7.2 Alienação de bens

A empresa procede a venda de seus bens que já concluíram o seu tempo útil de vida. (ROCHA, 2008)

2.7.3 Aumento de Capital Social

Com a entrada de novos sócios, há incorporação do Capital Social da empresa, além dos sócios que entram nas sociedades empresárias com ativos imobilizados, como máquinas, edifícios, entre outros. (ROCHA, 2008)

Além dos recursos da própria empresa, a sociedade empresária pode recorrer a empréstimos, debêntures e ações, como explicado abaixo:

2.7.4 Empréstimos

O Empréstimo de Longo Prazo caracteriza-se por ter maturidade superior a um ano, e geralmente tem vencimento entre cinco e vinte anos. Dentre as cláusulas em empréstimos, pode-se citar: exige-se que o tomar mantenha registro contábeis satisfatórios, de acordo com princípios contábeis; exige-se que o tomador apresente periodicamente demonstrações financeiras auditadas, que são utilizados pelo credor para monitorar a empresa e forçar o cumprimento do contrato de empréstimo; tomador deve pagar os impostos e outras obrigações no vencimento estipulado; e o credor exige que o tomador mantenha suas instalações em bom estado, como forma que a empresa garanta a continuidade de seu funcionamento. (OLIVEIRA, 2015)

São incluídas também as cláusulas restritivas, que são as que permitem ao credor monitorar as atividades do tomador, de forma a não gerar problemas futuros, entre elas estão: exige-se do tomador a manutenção de um nível mínimo de capital circulante líquido, pois ao manter esse nível mínimo é considerado indicador para que não ocorra falta de pagamento, ou em última instância, falência; restrições relativas a liquidação, aquisição e hipoteca de ativos permanentes, pois essas ações podem deteriorar a capacidade de

pagamento do empréstimo; a fim de evitar a falta de pagamento devido a pagamento de altos salários, os credores podem limitar aumento salarial de determinados funcionários; pode exigir que se mantenha certos funcionários-chaves; entre outros. (OLIVEIRA, 2015)

Geralmente, o custo do financiamento a longo prazo é geralmente do que o custo do financiamento do curto prazo, pois o financiamento de longo prazo conta com cláusulas padronizadas como citado anteriormente, além de taxas de juros específicas. Em relação a essas taxas de juros pode-se citar alguns fatores dessas taxas serem maiores: a expectativa geral de maiores taxas futuras de inflação; a maior demanda por empréstimos a longo prazo do que a curto prazo. Ou seja, quanto maior o prazo do empréstimo, menos exatidão se obterá na previsão das taxas de juros futuros. (OLIVEIRA, 2015)

2.7.5 Debêntures

É uma opção restrita a empresas constituída sob forma de sociedade por ações. Conceitua-se por títulos de dívida, cuja venda permite à empresa obtenção de um financiamento geral para suas atividades, dando a empresa maior flexibilidade na utilização dos recursos, pois não há cláusulas de predeterminação. (OLIVEIRA, 2015)

Para a empresa, a debênture representa uma alternativa de obtenção de recursos a longo prazo e a custo fixo (juros presumivelmente conhecidos de antemão). (OLIVEIRA, 2015)

2.7.6 Ações

As ações representam uma pequena quota do capital de uma empresa, que correspondem a um investimento de prazo indefinido e receita variável. Representam um título de posse que concede ao investidor que comprou a ação uma fração de participação nos lucros e prejuízos da empresa. Esse título é emitido por Sociedade Anônima (S.A) e a responsabilidade dos sócios é limitada ao preço de emissão das ações adquiridas. (MORANTE, 2012)

2.7.7 Leasing

O arrendamento mercantil ou leasing é um acordo pelo qual uma empresa transfere à outra, por um prazo determinado, o direito de utilizar e

adquirir ganhos com os bens de capital de sua posse. As partes envolvidas nesse contrato são denominadas arrendador, aquele que investe recursos na aquisição de bens escolhidos pelo arrendatário; o arrendatário, que é o usuário dos bens de capital; além do fornecedor, que entrega o bem ao arrendatário. (LEMES JÚNIOR *et al.*, 2010).

2.8 A Contabilidade

As decisões de investimentos e financiamentos são orientadas pelos administradores financeiros das empresas que se baseiam em informações internas para indicar a melhor decisão a ser tomada.

Segundo, Silva (2008, p. 3):

Quando se administra um negócio, é necessário ter um sistema de informações estruturado que gere informações de ordem tanto quantitativa quanto qualitativa; isso dará condições ao administrador do negócio o devido direcionamento para as suas decisões.

As demonstrações financeiras são as principais fontes de informação interna das empresas e abrange a apresentação do balanço patrimonial; a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; a demonstração do resultado do exercício; além da demonstração dos fluxos de caixa (LEMES JÚNIOR *et al.*, 2010).

Dessa forma, é visível a importância do contador nesse processo, pois ele é o responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras que fornecem informações sobre a situação das empresas, que são de extrema importância para a tomada de decisões das mesmas.

Além disso, Bruni (2014, p. 1), afirma que:

[...] a compreensão dos objetivos e regras da Contabilidade e o entendimento das informações contidas nos principais relatórios contábeis são de fundamental importância no processo de administração financeira e orçamentaria.

É importante ressaltar que, os bancos e instituições financeiras também utilizam dessas informações contábeis para saber a situação da empresa no momento em que elas solicitam um empréstimo ou um financiamento.

2.9 Estatística Aplicada

As variáveis utilizadas em todo o trabalho, por se tratar de financiamentos onde há negociação de valores, prazos, porcentagens, são de caráter quantitativo, uma vez que medem diferentes características da situação onde a empresa utiliza de um financiamento, por exemplo, de um banco, para comprar uma nova máquina de sua produção. Dessa forma, a empresa precisa de preocupar qual valor necessita para essa aquisição, os prazos estipulados para pagamento pelo banco, além da porcentagem da taxa de juros que irá incidir sobre esse financiamento.

3. ESTUDO DE CASO

3.1 Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal oferece as empresas o financiamento de Capital de Giro, essa linha de crédito é destinada a suprir suas necessidades. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015)

Adquirindo crédito com o Giro Caixa, as prestações são mensais, debitadas em conta e calculadas pela tabela Price. Para as Micro e Pequenas empresas há um prazo de até 36 meses para pagar, o limite de crédito é definido de acordo com a capacidade de pagamento da empresa e existem duas modalidades: Giro Caixa Recursos Caixa e Giro Recursos PIS. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015)

Os encargos cobrados são: IOS, que não é cobrado para Giro Caixa Recurso PIS, pois é isenta da cobrança do tributo; Taxa de Abertura de Crédito exigida no ato da contratação conforme a tabela de tarifas PJ vigente; Juros remuneratórios e Taxa Referencial pago mensalmente. Caso seja utilizado o Fundo de Garantia de Operações (FGO), é cobrada a Comissão de Concessão de Garantia (CCG) no ato da concessão do empréstimo. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015)

As médias e grandes empresas possuem um prazo de até 24 meses para pagar, com um limite de crédito também definido de acordo com a capacidade de pagamento da empresa. Seu valor máximo de concessão é de R\$100.000,00. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015)

Os encargos que devem ser pagos são: Juros remuneratórios pós fixados, IOF conforme a legislação em vigor, a tarifa de abertura/renovação de crédito (TARC) e o seguro de crédito interno descontado no ato da contratação. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015)

Como garantia deve ser assinada uma nota promissória, pelos principais sócios da empresa como codevedores. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

3.2 Banco Itaú

O banco Itaú oferece algumas condições para empresas expandirem seus negócios e se modernizarem sem comprometer o fluxo de caixa, e uma delas é o leasing. (ITAÚ, 2015)

O leasing é uma modalidade de financiamento de bens, sejam eles máquinas, equipamentos, automóveis, caminhões e até mesmo aeronaves e embarcações, com taxas de juros menores. O pagamento da primeira parcela poderá ser realizado após 180 dias, estando sujeito à aprovação de crédito. (ITAÚ, 2015)

É Financiado até 100% do valor e para as empresas tributadas segundo o regime do Lucro Real, as contraprestações podem ser classificadas como despesa operacional, reduzindo o cálculo para o Imposto de Renda. (ITAÚ, 2015)

O bem adquirido é pago à vista ao fornecedor, o que permite um maior poder de negociação. (ITAÚ, 2015)

É observado também junto ao Banco Itaú, o “leasing importação”, onde as empresas podem adquirir e financiar bens importados com algumas opções diferentes. Nele não é preciso obter cadastro, como empresa importadora, junto à Secretaria da Receita Federal e pode pagar o valor total da importação em até 60 parcelas, com um prazo mínimo de 24 meses para bens com vida útil de até 5 anos, e de 36 meses para bens com vida útil superior a 5 anos. (ITAÚ, 2015)

O valor mínimo é de R\$ 300 mil, e a garantia que deve ser dada, são os próprios bens que serão importados. Os encargos são as taxas pré-fixadas ou indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (ITAÚ, 2015)

Todas as despesas inerentes à importação e à nacionalização do bem são incorporadas ao valor do leasing. (ITAÚ, 2015)

Para as empresas tributadas segundo o regime do Lucro Real, as contraprestações pagas ou creditadas por força do contrato de arrendamento mercantil podem ser consideradas como custo ou despesa operacional, passíveis de dedução para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro. (ITAÚ, 2015)

As contraprestações de arrendamento mercantil podem gerar créditos de PIS e COFINS para as empresas que apuram essas contribuições pelo regime não cumulativo, observadas as condições e os limites fixados na legislação. (ITAÚ, 2015)

3.3 Análise

Os financiamentos diferem muito de um banco para outro. Cada banco ou instituição financeira deseja ter a melhor opção de financiamento para captar mais clientes. O trabalho trouxe dois bancos, com duas propostas diferentes de financiamento. Primeiro está a Caixa Econômica Federal que oferece as empresas um programa de financiamento chamado Giro Caixa, essa linha de crédito foi feita para suprir as necessidades da instituição. Nela há encargos específicos cobrados, o prazo para pagamento é diferenciado para cada tipo de empresa, micro e pequenas empresas há um prazo de 36 meses, médias e grandes 24 meses e o limite de crédito é definido de acordo com a capacidade da entidade.

Já o Banco Itaú propõem para as empresas o leasing, que é um financiamento de todos os bens móveis com taxa de juros menores. Pode ser financiado até 100% do valor e o primeiro pagamento poderá ser realizado em até 180 dias. Além disso, oferecem o leasing importação, é uma oportunidade de financiar bens importados com uma maior facilidade e vantagens. Sendo assim podemos perceber que os dois bancos possuem algo em comum,

facilitar o financiamento para as empresas , com programas de linhas de créditos diferenciados e buscando assim uma maior facilidade para a expansão das entidades. O importante é as instituições estar atentas as informações e procurar a melhor opção de financiamento para sua empresa.

4. CONCLUSÃO

O objetivo de todas as empresas é conseguir o lucro desejado , ser uma instituição sólida e de sucesso no mercado. Para alcançar esse objetivo é necessário estabelecer metas e ter uma visão realista do mercado e da economia. O estudo desse artigo foi sobre dois elementos fundamentais para as instituições , a taxa de juros e o financiamento das atividades empresariais.

Podemos verificar com a leitura do artigo que os bancos e as instituições financeiras são rigorosas quando o assunto é empréstimo para financiar a abertura de uma empresa ou até mesmo para investir no operacional. Também percebemos que a taxa de juros é um grande fator para a decisão de se fazer um financiamento, quando as taxas estão muito altas as empresas preferem não investir e não realizam financiamentos. Além disso, para não se ter problemas financeiros futuros é necessário um orçamento de financiamento e conseguimos também diferenciar as fontes de financiamentos de curto e longo prazo.

Além disso, no estudo de caso foi pesquisado dois bancos, a Caixa Econômica e o Banco Itaú. Esses dois bancos possuem várias linhas de créditos diferentes, com taxas específicas e formas de pagamento diferenciadas para cada tipo de empresa e dependendo também do valor a ser financiado. Então concluímos que as taxas de juros e os financiamentos das atividades empresarias são essenciais para o funcionamento , ampliação e sobrevivência das empresas .

5. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ – Arrendamento mercantil (leasing)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?LEASINGFAQ>> Acesso em: 07 out 2015

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.. **Composição das taxas de juros dos financiamentos do BNDES**. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Custos_Financeiros/Composicao/> . Acesso em: 08 out. 2015.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira, v.4. 3**. São Paulo. Editora Atlas 2014

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Giro Caixa**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/giro-caixa/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 08 out 15

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2012.

ITAÚ. **Financiamento de veículos, máquinas e equipamentos**. Disponível em: < <https://www.italu.com.br/empresas/creditos-financiamentos/longo-prazo/leasing/>> Acesso em: 8 out 2015

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2010.

LUNARDI, Angelo Luiz. **Crédito Documentário ou Carta de Crédito**. Comexblog. 2013 Disponível em: <<http://www.comexblog.com.br/exportacao/credito-documentario-ou-carta-de-credito>> Acesso em: 30 set 2015

MORANTE, Antonio Salvador. **Administração financeira decisões de curto prazo, decisões de longo prazo, indicadores de desempenho**. São Paulo. Editora Atlas 2012

NETO, Correia. **Planejamento e Controle Orçamentário: manual de orçamento empresarial**. Rio de Janeiro : Elsevier , 2011

OLIVEIRA, José. **Fontes de Financiamento de Empresa e uso de capital de terceiros**. Disponível em: < <http://www.coladaweb.com/administracao/fontes-de-financiamento-de-empresa-e-uso-de-capital-de-terceiros>> Acesso em: 30 set 2015.

ROCHA, Roseli de Anunciação Oliveira. **A decisão de financiamento empresarial: Aspectos a ponderar**. 2008. Disponível em: <<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/62/1/A%20decis%C3%A3o%20de%20financiamento%20empresarial.pdf>> Acesso em: 30 set 2015

SEBRAE. **Como obter um financiamento.** Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/8623A07115917E6603256E640045D8F9/\\$File/NT0004119E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/8623A07115917E6603256E640045D8F9/$File/NT0004119E.pdf)> Acesso em: 30 set 2015

SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos.** São Paulo. Editora Atlas, 2008.

SINFAC-RJ – Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil. **O que é Factoring.** Disponível em: <http://www.sinfacrj.com.br/oque_e_factoring.php> Acesso em: 30 set 2015

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento princípios e aplicações.** São Paulo. Editora Atlas, 2014.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira.** 7. ed. São Paulo, SP. Editora Saraiva, 2000.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Administração financeira de empresas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, c1979.

ZEIDAN, Michel Fleuret Rodrigo. **O Modelo Dinâmico de Gestão Financeira.** Rio de Janeiro. Editora Alta Books, 2015